

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 280
24 de janeiro de 2015

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Hoje quero tocar em um tema que considero fundamental e que é uma continuação da análise que estamos fazendo sobre Kant. Este fenômeno a ser abordado é um efeito remoto, sobretudo da influência kantiana, no meio anglo-saxônico. Não se trata de uma “influência” — no sentido explícito e direto da aceitação de uma doutrina ou de uma idéia kantiana —, mas da aquisição de um hábito de pensamento que só pode ter surgido graças a Kant e que se propaga como se fosse um *meme* ou um vírus de computador (que vai se multiplicando, sem que as pessoas saibam de onde aquilo veio), e no fim acaba parecendo natural pensar dessa maneira, como se ela fosse a própria ordem eterna das coisas.

Porém, antes de entrar no assunto, eu gostaria de fazer uma observação. Houve um cidadão que escreveu um *post* dizendo que algumas pessoas consideram que meu curso, embora muito bom, é um tanto caótico. Minha resposta é a seguinte: “Caótico é a mãe”. Eu sei o que estou fazendo e sei o motivo pelo qual adoto esse método — de entrar num assunto, prosseguir nele até um certo ponto, depois mudar e fazer todo um giro antes de voltar àquilo. Isso é o método filosófico por excelência. O que caracteriza o pensamento filosófico na sua máxima profundidade é o seu caráter não linear. A filosofia nunca é uma demonstração direta. Onde ela tenta ser isso, ela acaba se fechando num formalismo absolutamente estéril — como acontece, por exemplo, na Ética de Spinoza, na qual o sujeito coloca lá as suas cinco premissas e continua deduzindo geometricamente até as últimas conclusões. Isso é uma coisa profundamente hostil ao espírito da filosofia.

A perfeita demonstração lógica realmente não faz parte da filosofia, ela faz parte das matemáticas — e da lógica evidentemente. Mas nem as matemáticas nem a lógica são a filosofia, na medida em que a filosofia busca sondar o mundo real da experiência. O mundo real da experiência não tem uma ordem linear. É só olhar em torno e se verá que ninguém está colocado numa linha, mas está colocado num espaço ilimitado, que tem por sua própria natureza a ordem espontânea de um círculo no qual o centro é o sujeito. Ele tem um “eu”, uma consciência, e tudo se articula com os círculos concêntricos em torno dessa consciência. Onde quer que tenha um sujeito cognoscente, a ordem do mundo para ele é essa. Não seria um erro enxergar o universo todo como um conjunto de centros onde inúmeros círculos concêntricos se entrelaçam.

Também quando encaramos o objeto em vez de encararmos o sujeito, vemos que qualquer objeto dos sentidos é um sistema de inumeráveis perspectivas. Ou seja, enxergar um objeto é enxergá-lo por um lado, sabendo que ele tem outros lados e que esses lados de algum modo são acessíveis, senão a um indivíduo, a outros observadores ao mesmo tempo. Por exemplo, eu estou olhando este copo e eu não saberia que é copo, se eu não soubesse que a pessoa que o

está olhando pelo outro lado está vendo um outro lado dele. A presença desse observador real, ou potencial, — que complementa a minha visão com uma visão oposta e com ela articulada — faz parte da percepção de qualquer objeto. Isto é, quando se vê um copo, um gato ou uma mesa, sabe-se que aquilo não está solto e isolado no espaço, mas que tal é um conjunto de perspectivas que outros observadores podem apreender e que o indivíduo mesmo pode apreender.

Nenhum objeto tridimensional tem a capacidade de se mostrar com todos os seus lados imediatamente para um mesmo observador. Isso seria o mesmo que não ter lados, como se fosse um ponto não dimensional — o qual é visto por todos os lados ao mesmo tempo justamente porque não existe. Então, tanto pelo lado do sujeito, quanto pelo lado do observador, observa-se que todas as experiências que temos do mundo são, do ponto de vista do sujeito, círculos concêntricos; e do ponto de vista do objeto, o que eu chamei a “perspectiva rotatória”. Nós estamos sempre girando em torno dos objetos e os vendo de inúmeráveis maneiras que se articulam; e, caso não se articulassem, seriam como figuras planas num papel — não seriam, portanto, objetos reais.

A filosofia só pode penetrar intelectualmente num universo de experiência constituído dessa maneira se ela proceder exatamente de acordo com a mesma estrutura da ordem que ela está pretendendo apreender, ou seja, círculos concêntricos e perspectivas rotatórias sempre — girar em torno dos objetos e nunca cair no engodo da ordem linear ou da hierarquia lógica. A hierarquia lógica existe, mas ela só serve para você estudar lógica. Não tem nada a ver com a estrutura da realidade. Ela reflete a estrutura da linguagem humana — nem sequer do pensamento humano. Na linguagem humana, só se pode dizer uma coisa de cada vez — uma palavra de cada vez, uma frase de cada vez, um parágrafo de cada vez — e isso é organizado linearmente. Não há outra maneira de se falar.

Mesmo que se faça o desenho inteiro e seja mostrado tudo ao mesmo tempo depois, não se consegue desenhar tudo ao mesmo tempo e sim uma linha de cada vez. Então, a linearidade faz parte da nossa linguagem, da comunicação, mas não da realidade. Para poder ajeitar a nossa comunicação de modo que ela possa apreender linearmente algo que não é linear, procederemos da mesma maneira que um desenhista: vamos articular linhas. Eis o que estou fazendo aqui: lanço um traço, depois outro traço, um novo traço aqui, e aos poucos eles vão se complementando. Esse é o único jeito de ensinar. Qualquer outro jeito ou é fraudulento ou é um simples engano. Quer dizer, aquela ordem expositiva magnífica — que você encontra ou na Ética de Spinoza ou às vezes em certos tratados de filosofia escolástica — cria uma facilidade totalmente enganosa onde se acredita que, seguindo a ordem da demonstração, está na Verdade. Porém, você está na “verdade” das provas e não na “verdade” da realidade. Isso é fundamental. Apreender uma demonstração, uma prova, dá a você a certeza da prova e não dos objetos que lhe correspondem.

Este é o grande problema da inteligência humana. Pode-se fazer uma demonstração, ou lógica ou matemática, inteiramente perfeita. Essa prova é verdadeira em si mesma, mas nenhum objeto lhe corresponde. Os objetos jamais correspondem a nenhuma prova pelo simples fato de que as provas não são montadas com objetos, mas com os seus conceitos respectivos — conceitos tais que só apreendem certos aspectos da realidade e não todos. Por exemplo, no conjunto das ciências existentes, cada ciência em particular apreende só uma determinada faixa da realidade, o que significa que os seus objetos não são reais — são abstrações, aspectos abstraídos de conjuntos. Uma ciência pega um aspecto, outra pega outro aspecto, outra pega um terceiro aspecto, mas esse conjunto jamais [00:10] corresponde com a realidade. Ele não pode corresponder com a realidade, isso é absolutamente impossível.

Já a nossa experiência não apreende as coisas assim, ela apreende as coisas no seu impacto direto, ela as apreende na sua presença. Isso quer dizer que sempre existe uma tensão — não uma contradição, mas uma tensão — entre a realidade percebida e o que pensamos dela. O pensamento segue uma ordem linear. O pensamento lógico, quando se expressa logicamente ou literariamente, segue uma ordem linear e não tem como deixar de ser isso. Mas, assim como olhando um desenho se sabe que não se está olhando para a coisa desenhada — mas apenas para uma representação ou signo dela —, também deve-se saber que perante qualquer demonstração não estamos olhando para a realidade, mas para um signo. A consciência desse intervalo todo mundo tem, e por isso se entendem uns aos outros. O indivíduo que me ouve falando, por exemplo, não está confundindo o meu discurso com as coisas a que ele se refere. E mais, o ouvinte conhece tanto o meu discurso quanto as coisas, então ele, na sua mente, consegue conectar uma coisa com a outra.

Aconteceu que, desde Kant, introduziu-se no vocabulário filosófico a idéia de que aquilo que é percebido é percebido somente de acordo com as estruturas de percepção e não de acordo com a estrutura dos objetos, a qual estrutura não se conhece. Isso, para começo de conversa, é uma estupidez monumental. Não se pode perceber as coisas só de acordo com a estrutura de percepção porque senão não haveria nenhuma diferença entre alguém perceber as coisas e alguém imaginar as coisas. Só se está expressando as estruturas de percepção no momento em que se imagina, mas, quando um objeto é percebido, ele tem de impor a sua estrutura à pessoa, porque senão nenhum objeto se diferenciaria de outro. Não se perceberia a diferença entre um elefante e uma massa de tomate Elefante — antigamente existia, não sei se existe ainda massa de tomate Elefante, acho que existe — porque a sua estrutura de percepção é a mesma nos dois casos. Então algo tem de ser imposto pelo objeto. E isso é algo que o próprio Kant reconhece, mas de que ele não tira as conseqüências.

Se alguém afirma, por exemplo, que tudo o que se percebe pelos sentidos não são coisas, mas são apenas percepções, ou seja, se é usado o termo “percepção” no sentido corrente que tem em inglês — em que se distinguem *facts* e *perceptions* e dizem que o que interessam não são os fatos, mas são as percepções (cada um tem uma percepção diferente e é tudo subjetivo) —, isto é, se uma pessoa afirma isso, quer dizer que ela não percebe as coisas diretamente, mas as percebe através de representações mentais, tanto quando está imaginando como quando está percebendo. Por exemplo, agora estou vendo as pessoas aqui, estou vendo essa câmera, estou vendo essa estátua de touro etc. Eu estou vendo essas coisas e não a representação mental delas. Ou seja, a minha percepção é a percepção de um fato e não há como separar, no caso, a percepção do fato percebido. A percepção não é uma coisa e o fato, outra completamente diferente. Se, ao perceber as coisas, percebe-se não diretamente, mas através de uma representação, pergunto como se percebe a representação. Agora, por exemplo, eu imagino aqui um touro, então eu visualizo a imagem do touro. Mas eu estou visualizando essa imagem diretamente e não através de outra imagem. Se eu não percebesse as coisas diretamente, mas através de uma representação, para cada representação eu precisaria de outra representação, e mais uma representação, e outra, e mais outra, e assim indefinidamente — isso não acabaria nunca. Portanto, em algum ponto tem de haver um contato direto entre o sujeito cognoscente e o objeto, contato esse que não é determinado exclusivamente pela estrutura de percepção do sujeito, mas também pela estrutura de apresentação do objeto.

Eu coloquei umas notinhas no *Facebook* que eu vou usar como mote desta aula:

Intuição é conhecimento imediato, isto é, sem intermediações. (...)

Isto aqui é uma coisa básica.

Se ela não existisse, não existiria conhecimento nenhum, pois o conhecimento dos intermediários precisaria de outros intermediários, e estes de outros ainda, e assim por diante ilimitadamente. Se falamos, por exemplo, da intuição sensível, dizer — a sério, e não como mera abreviatura verbal — que só conhecemos os objetos do mundo físico “por intermédio” dos sentidos, portanto não diretamente, é como dizer que uma arma de fogo não atira diretamente[,] mas “por intermédio” do cano, como se o cano não fosse parte dela e sim um ajudante externo; (...)”

Mas a arma é um esquema mecânico do qual o cano faz parte. E do mesmo modo a estrutura do sujeito cognoscente é um sistema do qual os órgãos dos sentidos fazem parte — os órgãos dos sentidos não são uma outra coisa; do mesmo modo que as representações mentais não são uma outra coisa, e sim uma parte de nós.

“(...) pior ainda, [isto aqui é básico] além dos sentidos não temos nenhum outro órgão capaz de captar as qualidades sensíveis,”

Cores, formas, posições etc. são captados pelos cinco sentidos. Não tem algum outro órgão que capte isso. Os únicos órgãos que correspondem à captação das coisas sensíveis são os cinco sentidos. Se eles não tivessem um contato direto com o objeto, mas fossem apenas intermediários, eles seriam intermediários entre o objeto e coisa nenhuma, pois não existe algum outro órgão capaz de captar as qualidades sensíveis. Por exemplo, se o sujeito fica cego, o cérebro dele não capta qualidades visíveis. Portanto, cérebro e olho constituem um conjunto inseparável. Se separar uma parte, aquele tipo de informação não chega mais ao indivíduo. Então os sentidos não são um intermediário entre o sujeito e os objetos sensíveis, eles são nós mesmos, eles são parte da nossa consciência. Se eles fossem apenas intermediários, haveria aqui o sujeito, ali o órgão sensível e mais adiante o objeto — como três coisas separadas —, e este sujeito aqui teria de ser capaz de apreender qualidades sensíveis sem os sentidos. Mas se ele só apreende as qualidades sensíveis através dos cinco sentidos — ou quantos sentidos haja —, então são os sentidos que estão apreendendo isso, e os sentidos são parte dele e não um intermediário.

Apenas podemos chamá-los de “órgãos” se os considerarmos do ponto de vista da anatomia e fisiologia, mas não do ponto de vista cognitivo. Os olhos não são órgãos através do qual se apreende as coisas, mas eles são a própria pessoa. Quero dizer que a distinção entre o “eu” percepiente e o seu olho é uma distinção e não uma separação, é uma distinção meramente nominal. Eu não estou separado do meu olho. Eu não tenho uma consciência “visiva”, isto é, que seja capaz de ver independente do meu olho — isso aí simplesmente não existe.

Aluno: Olavo, se fosse transformar em figura de linguagem, você poderia falar que é um pensamento metonímico?

Olavo: Sim, isso é pensamento metonímico “do bravo”.

Aluno: Tem o todo, que sou eu, e você pega aquela parte pelo todo, mas é o todo...

Olavo: Claro, o olho não é um intermediário entre o “eu” e a coisa, o olho é uma parte do sujeito — uma parte minha, ele é meu, ele não é um intermediário.

Agora, esses atos de divisão — primeiro se divide o sujeito do objeto e depois se divide o sujeito da [00:20] percepção, e depois se divide a percepção dos órgãos perceptíveis — essas divisões tornaram tudo um monte de coisas separadas de modo que não se sabe mais juntá-las. O erro é que uma mera distinção nominal foi tomada como se fosse uma separação real — essa separação não existe. Quer dizer, dá-se nome às coisas, a pessoa chama o sujeito de Olavo de Carvalho e depois pensa que são duas: uma, o Olavo e a outra, o Carvalho — é exatamente a mesma coisa. São erros banais, mas são esses erros banais que criam as grandes tragédias filosóficas; e através das grandes tragédias filosóficas, são criadas as tragédias culturais; e das tragédias culturais se cria as tragédias político-militares. Isso quer dizer que os filósofos têm uma responsabilidade tremenda nas coisas. Porque são eles que criam as estruturas explicativas pelas quais as pessoas se entendem a si mesmas. E, se elas começam a entender a si mesmas da maneira errada, elas vão fazer coisas erradas.

Agora isso quer dizer que ou existe algum conhecimento direto ou não existe conhecimento algum, porque, se todo o conhecimento é indireto, então cada intermediário requer um novo intermediário, e outro intermediário, e mais outro, e assim por diante infinitamente. Então em algum ponto o conhecimento e a coisa, o seu objeto, têm de coincidir e esse ponto é exatamente o que se chama de *intuição*.

Intuição é a percepção direta de uma presença. Só se pode ter intuição daquilo que está presente, o ausente só se pode imaginar ou pensar. Porém, os seus próprios pensamentos são percebidos por alguém de maneira direta e intuitiva. Quando eu vejo uma vaca, eu estou tendo uma intuição sensível da vaca; quando eu imagino uma vaca, eu não estou vendo vaca nenhuma, eu só estou vendo a imagem de uma vaca. Mas eu estou tendo uma apreensão direta e intuitiva dessa imagem senão eu precisaria de outra imagem, de mais uma imagem, de outra imagem ainda, de mais outra e assim por diante. Portanto, trata-se de um conhecimento intuitivo nos dois casos: num caso, eu tenho o conhecimento intuitivo de uma presença física; no outro caso, eu tenho conhecimento intuitivo de uma presença imaginativa — que eu mesmo criei, mas que é também uma apreensão intuitiva.

Quando se acompanha uma demonstração silogística, na qual é percebido que existe uma identidade entre a conclusão e suas premissas, não se percebe isso através de um raciocínio. Monta-se o raciocínio e intuitivamente é captada a identidade da conclusão com as suas premissas, e se vê que a conclusão está contida na premissa. Capta-se isso de maneira intuitiva e imediata. Isso é a mesma coisa que dizer que só existe conhecimento intuitivo, o que não é intuitivo não é conhecimento de maneira alguma, é apenas pensamento. Então é o que eu disse aqui:

“Quando apreendemos a conclusão de um silogismo, essa apreensão é também direta e intuitiva, caso contrário precisaríamos de um intermediário entre nós e essa conclusão, e esse intermediário precisaria de outro, etc. etc.”

A palavra “intuição”, já na sua raiz, diz: intuição é um movimento para dentro — para dentro do objeto e para dentro do sujeito. Em alemão, a coisa ainda é mais enfática: intuição é “*Einfühlen*” e vem do verbo “*Fühlen*”. “*Ein*” significa ‘dentro’ ou ‘para dentro’ e o verbo “*Fühlen*” significa ‘apalpar’. Isso quer dizer que a intuição corresponde a apalpar por dentro do objeto. Ou seja, sabe-se algo dele, algo que está na sua constituição íntima. E se sabe isso pela presença física dele.

Eu já expliquei em outras aulas que um objeto, quando se apresenta para uma pessoa, não se apresenta só na sua singularidade, ele não pode fazer isso. Por exemplo, quando você vê uma

vaca, não é possível você ver essa vaca somente no que ela tem de singular, sem você ver nada da espécie vaca. É impossível, porque ela já tem todas as características da espécie inteira. Ela mostra todas essas características e mais algumas que a singularizam. Isso quer dizer que todo objeto é símbolo da sua espécie inteira. E é impossível que você não veja a forma da espécie inteira quando você vê um único objeto. Se eu vejo um gato, a forma inteira da espécie gato está dada ali e além da forma inteira da espécie tem mais alguns elementos que são singulares, e que o diferenciam dos outros da mesma espécie. Se o gato é branco, então este gato em particular é branco — o que não quer dizer que todos os gatos sejam brancos. Porém, ele tem todas as características da espécie; já que, caso lhe faltasse alguma, ele não poderia ser propriamente um gato.

Isso quer dizer que a percepção do singular ocorre de maneira imediata à percepção do universal. É sempre assim. Para criar o conceito universal, não se precisa ver um gato, outro gato, mais outro gato, e outro gato ainda, e outro gato. É necessário fazer isso apenas para se distinguir as variedades singulares que podem acontecer dentro de uma espécie. Ou seja, quando você apreende um objeto, você apreende a espécie dele inteira, mas não todas as suas variações internas possíveis. Por exemplo, o fato de que o primeiro gato que eu vi era preto não significa que daí eu consiga deduzir facilmente que o gato poderia ser branco. Mas acontece que ser branco ou ser preto não faz parte da espécie gato, faz parte da diferenciação singular.

Se as pessoas tivessem percebido isso, jamais teria surgido a questão entre nominalismo e realismo, porque os realistas vão dizer que as espécies, os conceitos universais, existem na realidade e os nominalistas dirão que os conceitos das espécies são criações da mente humana. Os dois têm razão, só que a questão não existe. Se, ao ver um ente qualquer, vê-se nele todas as características da sua espécie e mais algumas que o singularizam, não se está vendo nesse ente as outras características que singularizam os outros exemplares da mesma espécie — para isso se tem de conhecer um por um e conjecturar. Depois que eu vi um certo número de variações, por exemplo, um certo número de gatos, eu sei que não existem gatos roxos ou gatos verdes. E da visão do primeiro gato eu não posso deduzir isso imediatamente. Se bem que a própria forma estética do objeto insinua já um certo número de variações possíveis. Por exemplo, depois que eu vejo um gato, eu sei que, se aparecer um bicho com asa, não é gato — isso eu sei imediatamente. Se eu vejo o gato e não percebo que ele pode se mover, então eu não sei que os gatos são uma espécie viva e, portanto, não estou apreendendo gato nenhum, estou apreendendo um simulacro de gato.

Ao perceber um objeto, existem duas coisas que se percebe imediatamente: o seu círculo de latência, um conjunto de possibilidades que decorrem de sua simples presença como tal; e a perspectiva rotatória, isto é, a possibilidade de ele ser apreendido por outros observadores, desde outros ângulos e sob outros aspectos. Se eu vejo um gato, eu sei que imediatamente quem estivesse do outro lado veria o gato por outro lado; se eu não sei disso, eu não sei distinguir entre um gato tridimensional e um gato bidimensional. Isso quer dizer que a perspectiva rotatória e o círculo de latência estão presentes em qualquer ato de percepção. E, por outro lado, a única forma de conhecimento que se tem dos objetos, dos seres reais, é a intuição. No resto, não se está conhecendo seres reais, mas somente conhecendo articulações lógicas que foram montadas na cabeça de alguém e que de algum modo podem corresponder a objetos de experiência possíveis.

Essa série de considerações — embora eu já lide com isso há muito tempo —, vinte anos atrás eu denominei isso de intuicionismo radical, isto é, só existe conhecimento intuitivo, o resto não é conhecimento em sentido estrito. O resto pode ser um conhecimento indireto, ou deficiente, ou potencial, ou virtual — ou como queiram chamá-lo —, mas não é [00:30] conhecimento.

Conhecimento só se efetiva no ato da intuição, ou seja, na presença do objeto — seja a presença física, seja a presença mental. Mas, quando a presença é na mente, está-se conhecendo o objeto da mente e não o objeto em si; portanto, nesse conhecimento que se tem dele, não se está apreendendo o objeto, e sim apenas o seu signo. E, quando ele se apresenta a alguém diretamente, não está sendo apreendido signo nenhum, está sendo apreendido o próprio objeto. Do mesmo modo, quando se apreende uma imagem no pensamento, se está apreendendo essa imagem em si mesma e não o signo dela (senão precisaria de outro signo, e mais outro signo, e outro ainda, e isso não terminaria mais).

Acontece que, nos últimos séculos, a idéia da prova lógica adquiriu um prestígio tão grande, tão imenso, que as pessoas têm acreditado que um conhecimento obtido por prova lógica é superior a um conhecimento intuitivo. Mas a validade da prova lógica é apreendida intuitivamente, do mesmo jeito. Então não tem escapatória.

Só a intuição é critério cabal da verdade, seja na apreensão dos dados sensíveis, seja no próprio raciocínio lógico.

Outro dia um sujeito entrou no *Facebook*, dizendo que toda descoberta importante é “contra-intuitiva”. Esse termo “contra-intuitivo” faz parte do vocabulário corrente da filosofia e da ciência nos EUA e, em parte, na Inglaterra. Então, eu fiz essa observação aqui:

O vocabulário filosófico anglo-saxônico está todo viciado por significados convencionais impróprios, todos eles derivados de alguma influência kantiana. O “contra-intuitivo” é um exemplo. A palavra “*perception*”, por exemplo, é usada para designar apenas a experiência subjetiva em oposição ao fato.

Tem milhares de conferencistas da Programação Neurolingüística falando que o que interessa não são os fatos, são as percepções. Mas se a percepção não apreende um fato, ela não é uma percepção, ela é apenas uma impressão. Eu continuo usando essas palavras nos seus sentidos tradicionais e, sobretudo, nos sentidos que foram consolidados por Edmund Husserl na Fenomenologia.

A intuição capta uma evidência. Evidência é algo que está presente e que não requer nem necessita de prova. Por exemplo, eu não tenho como provar que estou aqui nesse momento, a não ser partindo da premissa de que eu estou aqui nesse momento. Essa premissa é de ordem intuitiva, é imediata e é evidente. Porém, na língua inglesa, o que os filósofos americanos fazem com o idioma é um crime, porque eles usam evidência no sentido de elemento de prova. Isso quer dizer o seguinte (é como no Brasil, existe essa expressão no mundo jurídico): você soma vários elementos de prova e obtém uma prova. No inglês acadêmico, você junta várias *evidences* e tem uma *proof*. Mas a *proof* é apenas, como eu já disse, um conhecimento indireto, não é um conhecimento do objeto, é um conhecimento de conexões lógicas entre elementos que foram pensados. Isso quer dizer [que] simplesmente não tem uma palavra mais no inglês acadêmico para designar o conhecimento direto de alguma coisa; ou seja, ficou tudo indireto.

E o que fizeram com a palavra *evidence* dá vontade de matar os caras porque *evidence* deixou agora de ser evidente, a evidência não é evidente, a evidência é apenas um elemento de prova, e o que interessa é a prova. Então se inverteu: o que se torna critério da verdade é a prova e não a evidência na qual ela se baseia. É claro que isso é uma perversão, e é uma perversão kantiana vinda do abismo que se cria entre o sujeito e o objeto do seu conhecimento. Claro, esse abismo existe na medida em que alguém se entrega ao fluxo dos meus pensamentos e se afasta dos objetos. Mas só existe aí, pois se pode voltar aos objetos tantas vezes quanto se queira. Como

dizia o Husserl: “Vamos voltar às coisas mesmas e não às suas representações”, porque afinal de contas as representações também são coisas, são coisas pensadas.

O famoso negócio do Kant, de que só são conhecidas as aparências fenomênicas e não a coisa em si, eu já disse para vocês que isso é uma contradição de termos. É claro que o que se conhece da coisa é somente aquilo que corresponde à estrutura de percepção e às categorias da razão — até aí o Kant está certo. Só que dizer isso e não dizer nada é exatamente a mesma coisa. Por exemplo, se eu estou vendo um objeto, eu sei que outro animal, com outra estrutura de percepção, vai ver este objeto de uma maneira diferente. Só que o objeto tem em si mesmo a capacidade de se mostrar dessas duas maneiras para observadores diferentes. Se ele não tivesse em si as qualidades sensíveis suficientes para ser captadas por um ser humano de uma maneira e por uma formiga de outra, estaria faltando algo nele.

Por isso que eu digo que cada objeto tem em volta o círculo de latência. O círculo de latência são todas as possibilidades de ser percebido de uma infinidade de maneiras, todas elas articuladas entre si. Veja o exemplo: uma pessoa está caçando urso, ele coloca lá uma isca a cinquenta metros de distância. Ele está vendo a isca, mas ele sabe que o urso sente o cheiro da isca a três quilômetros de distância — se ele não soubesse disso, ele não colocaria a isca. Mas ele não sente o cheiro da isca nem a cinquenta metros de distância. Portanto, esta mesma isca que está lá, este pedaço de carne que eu coloquei lá, tem esses dois elementos no seu círculo de latência: tem a possibilidade de ser manipulado e usado por um ser humano como isca e tem a possibilidade de ser apreendido olfativamente por um urso a três, quatro ou cinco quilômetros de distância — as duas coisas estão no objeto. Se não estivessem, se estivessem só na representação que a pessoa faz, não adiantaria colocar a isca lá porque a representação não tem cheiro e o urso não a perceberia.

Isso quer dizer que o que se apreende não são nem somente aspectos fenomênicos e nem a tal da coisa em si. A coisa em si é um círculo de latência. O “objeto em si mesmo” é esta capacidade que todo objeto tem de ser percebido de uma infinidade de maneiras, por uma infinidade de observadores diferentes. Ele tem tudo isso nele, e isso é a sua consistência real. É como se ele fosse um feixe de informações que está sendo emitido para todas as direções ao mesmo tempo, e capte quem puder. Se tivesse um urso passando por ali, o urso sentiria o cheiro da isca e iria para lá; se não tivesse urso nenhum — como no meu caso, infelizmente não tinha —, não adiantaria. O cheiro chega a três quilômetros, acontece que o urso estava a quinze, então não adiantou.

Isso quer dizer que essa idéia da aparência fenomênica *versus* “coisa-em-si” é uma maneira totalmente artificial de colocar o problema. A “coisa-em-si” consiste na capacidade de ser fenômeno e de ser fenômenos diferentes para observadores diferentes, ela não é uma outra coisa além disso. Todo objeto não é apenas um ente estático solto no ar, mas é um feixe de possibilidades que está continuamente emitindo essas informações. A simples presença de uma pedra é uma informação que ela emite: ela está emitindo “uma pedra” para a pedra que está embaixo dela e outra informação para você, e outra informação para a formiguinha que está andando em cima da pedra, e assim por diante. Portanto, esses erros surgem de uma visão demasiado estática e estereotipada das coisas, sem a devida observação viva dos processos reais que não se deixam apreender facilmente nessas “formuletas” doutrinárias, mas que exigem essa variação constante de perspectivas — que é o método que eu uso aqui.

Este método não tem por finalidade passar uma doutrina filosófica (claro que tem uma doutrina filosófica no [00:40] meio), mas ele tem por finalidade fazer filósofos, isto é, fazer pessoas capazes de apreender as coisas dessa maneira, ainda que elas não sejam capazes de, num segundo plano,

fazer uma espécie de “meta-filosofia” — isto é, de aplicar esse método para ensinar outras pessoas (para isso elas precisariam de um pouco mais de prática) e de explicar como o método funciona, que é o que eu estou fazendo aqui. Você não pode aprender a tocar piano e aprender a ensinar a tocar piano ao mesmo tempo, não dá para fazer as duas coisas porque o ensino de uma técnica é uma técnica diferente da técnica mesma a ser ensinada. Primeiro, aprender a técnica, depois, aprender a expressar a técnica em palavras e só então aprender a transmiti-la a outras pessoas — é assim que tem de ser. No entanto, não me custa dar algumas explicações sobre a técnica que estou usando aqui, e esta técnica chama-se precisamente círculo de latência e perspectiva rotatória. É assim que se ensina filosofia.

Se não fosse assim, então os diálogos de Platão se articulariam numa hierarquia expositiva da primeira à última. Mas não é isso que acontece. Eles pegam um tema por aqui, vai até um certo ponto; por ali vai até outro ponto, por ali vai até o outro ponto [ainda]. Vai se lendo os vários diálogos e se aprende a transitar entre essas várias perspectivas — e é o que vocês estão aprendendo aqui. Só que isto aqui torna o sujeito mais inteligente, enquanto que eu passar para ele apenas uma doutrina hierarquicamente arrumadinha só ensina para ele a doutrina. Você aprende a doutrina e não vai ganhar inteligência por causa disso, nem vai ganhar habilidade nenhuma.

Além disso, existe esse outro aspecto, que também destaquei numa nota no *Facebook*, que é o seguinte:

Existe no ser humano uma propriedade que merece o nome de intuição lógica: é a capacidade de captar instantaneamente não só as conclusões certas de um longo raciocínio, mas de vários ao mesmo tempo, bem como as suas articulações e suas conexões com os dados da intuição. (...)

Todos são capazes de fazer isso.

Em dose maior ou menor, todo mundo tem essa a capacidade. O hábito adquirido de detalhar e expressar analiticamente cada passo do raciocínio inibe o exercício da intuição lógica até o ponto de sufocá-la por completo.

Existe uma cena em *Os Três Mosqueteiros* que tem uma casa desabando e aquele mosqueteiro mais fortão segurando um poste para a coisa não cair. Em seguida todo mundo sai correndo e chega a vez de ele sair correndo. Só que na hora que ele está saindo, ele pensa: “Mas como é possível mover as pernas? Por que as minhas pernas obedecem ao meu cérebro?” Ele pára e a casa cai em cima dele. Isso significa que o ato de exercer uma capacidade pode ser incompatível com o ato de refletir sobre ela, caso queira fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

A lógica é uma reflexão sobre as condições da integridade do discurso, isto é, as condições da coerência interna do discurso. Esta reflexão não pode ser feita ao mesmo tempo que se está usando a sua capacidade lógica para entender alguma coisa. E, se alguém começa a refletir e desmembrar todos os passos lógico-analíticos do pensamento, logo não se é capaz de pensar sobre mais nada, a não ser sobre a estrutura do pensamento. Pode-se levar isso a requintes deslumbrantes, só que a pessoa está se tornando mais burra e não percebe. Eis porque grandes especialistas em análise lógica da linguagem — como Wittgenstein, Carnap, ou outros — tanto mais se esmeram na análise lógica da linguagem, tanto menos eles se tornam capazes de raciocinar sobre qualquer outra coisa. Ou seja, o sujeito começou como um filósofo e terminou como um lógico apenas, a única coisa que ele conseguiu fazer é a análise lógica da linguagem. Quanto mais ele se aprofunda nisso, mais ele vai estar viciado em fazer isto. Então é o sujeito que, em vez de correr, fica meditando sobre a fisiologia do movimento na hora que precisa

correr. Estudar a fisiologia do movimento não pode jamais ajudar a melhorar o seu movimento. Se você estuda a fisiologia do movimento, talvez você possa desenvolver um sistema de ginástica que, se aplicado, venha a ajudar outras pessoas a se desenvolver melhor, mas a conexão é muito indireta e remota.

Por outro lado, em filosofia o que importa não é conhecer a estrutura lógica do pensamento, é ser capaz de a exercer na prática com relação a coisas reais. A análise lógica pode ajudar muito indiretamente, a longuíssimo prazo. Através de uma influência cultural talvez produza algum resultado. Até hoje, não produziu nenhum. Porque estudar a lógica é estudar a arte da prova. A arte da prova lhe dá o conhecimento da prova, e não dos objetos respectivos. E, junto com a influência kantiana, que é a separação de sujeito e objeto, a idéia da análise lógica da linguagem penetrou tão profundamente no mundo acadêmico anglo-saxônico que acabou banindo dele certos instrumentos absolutamente essenciais para a apreensão filosófica de qualquer experiência real. Por exemplo, não tem nesse mundo um equivalente ao *Einfühlen* alemão.

Quando o sujeito diz que uma descoberta é “contra-intuitiva” ele está querendo dizer que, apesar de outras pessoas pensarem que as coisas funcionam assim, por tê-las visto funcionando assim, ele mesmo pode provar que elas funcionam de outra forma. Por exemplo, ainda que se veja o Sol circulando em torno da Terra, foi provado que é a Terra que gira em torno do Sol. Isso, porém, está errado. Nunca ninguém viu o Sol circulando em torno da Terra. Isso não corresponde a nenhuma intuição sensível. O que as pessoas vêem é um plano em cima do qual se move o Sol. Não se tem a idéia do “em torno”, pois não se pode ver o Sol circulando em torno da Terra. É impossível. É preciso percorrer a Terra inteira, enquanto o Sol está se movendo, para se ter essa idéia. Nunca ninguém fez isso. O que se viu foi o movimento do Sol no céu em cima de um plano onde se está. Deduzir daí que o Sol gira em torno da Terra não é uma intuição, mas uma conclusão lógica que foi montada na cabeça.

Se agora vem um sujeito, faz os cálculos, diz que não é assim — não é o Sol que gira em torno da Terra, é a Terra que gira em torno do Sol —, essa é outra conclusão lógica obtida a partir de outras observações. Isso não é contra-intuitivo, porque não se está refutando uma intuição, mas se está refutando outra conclusão lógica. Então sempre que se usa este termo “contra-intuitivo”, o indivíduo está pensando que está contradizendo uma intuição. [Mas] ele não está contradizendo intuição alguma, ele está contradizendo apenas a expectativa de uma percepção possível que se realizaria se a conclusão lógica de que se trata se tornasse visível. Portanto, para mim quem quer que use essa expressão é um cretino que não reflete sobre os termos que usa, não analisa criticamente e sai usando os termos apenas como *slogans* para parecer bonito. Quando ele usa o “contra-intuitivo”, ele quer dizer que todos estão iludidos: pensam que percebem certo, mas ele pode vir e demonstrar matematicamente que [as coisas] são de outra maneira. Ele se acha muito mais esperto por isso. Mas isso é auto-propaganda apenas, não é um conceito respeitável.

Assim como o conceito de “contra-intuitivo”, também o de “percepção” — que esse pessoal usa o tempo todo enquanto oposta ao fato — é também apenas um instrumento de poder. O sujeito pode dizer que qualquer um pode ter as suas percepções, mas que elas são todas subjetivas, que somente ele sabe a verdade das coisas porque ele está de posse de uma prova. Mas se ele tem a prova, então ele tem a teoria e percebe a conexão [00:50] da prova a partir dos dados seletos que ele mesmo captou da realidade. Então o sujeito está dependendo do elemento intuitivo tanto quanto os outros. Porque os elementos fáticos que o mesmo usa na sua prova foram tirados da intuição. E só se sabe que a prova é válida, porque se vê a consistência lógica dela e intuitivamente se percebe que há uma identidade. Portanto, o sujeito está dependendo da intuição tanto quanto outro qualquer que tenha tido apenas percepções.

Repetindo aqui:

(...) O hábito adquirido de detalhar e expressar analiticamente cada passo do raciocínio inibe o exercício da intuição lógica até o ponto de sufocá-la por completo.

Veja o exemplo do grande filósofo analítico Rudolf Carnap. O Carnap foi o idiota útil que ajudou os comunistas a penetrarem na universidade americana por mera estupidez. Ou seja, esse indivíduo não sabe onde ele está. Outro exemplo é Bertrand Russell. Bertrand Russell, no tempo em que era anticomunista, propunha um bombardeio nuclear preventivo da União Soviética. Mas a idéia de suprimir o comunismo, matando todos os comunistas de uma vez, é uma idéia de jerico. Nenhum ser humano normal tem essa idéia. Mas o Bertrand Russell não é normal. Depois, quando ele vira pró-comunista, ele inventa aquele ridículo tribunal dos crimes de guerra americanos, onde serviu de garoto propaganda para os comunistas o tempo todo. Quer dizer, é um idiota, ele não sabe onde está. Essa é a mesma coisa do Heidegger se iludir com o nazismo.

Tem certos erros de análise da sociedade humana que um filósofo não pode cometer, mesmo que não seja a área dele. Já um romancista e um poeta podem cometer erros assim: Máximo Gorki se iludiu com o comunismo; Louis-Ferdinand Céline, Robert Brasillach e outros se iludiram com o nazismo — gente inteligente se iludiu com ele. Mas eles não eram filósofos, e sim poetas, escritores, gente da sensibilidade. Desses você não pode exigir a mesma lucidez inflexível que você tem de exigir de um filósofo. Já dizia Platão, a filosofia é eminentemente educação. Quando você lê um poeta, você está apenas vendo os produtos imaginativos de uma fantasia pessoal. Apesar de ser uma fantasia especial — altamente desenvolvida, muito coerente, muito íntegra —, aquilo não é obrigatório, você não tem de acreditar nos poetas. Mas o filósofo está educando as pessoas. Se ele entra no errado, todo mundo vai entrar com ele.

Não se pode dizer que o Heidegger não estava interessado em política. Se ele aderiu a uma corrente política, é porque ele estava interessado nela. Não é possível que não estivesse interessado. Isso é a mesma coisa que dizer que alguém vai ao campo de futebol torcer para o Corinthians, mas não está interessado em futebol — isso não tem sentido. Essas atitudes políticas mostram às vezes uma falta de lucidez que raia a estupidez política pura e simples e que, em um filósofo, não são perdoáveis. Caso o Heidegger imaginasse ser possível usar o nazismo como instrumento para barrar o comunismo, isso seria outra coisa diferente de você aderir àquilo. Poder-se-ia pensar em jogar Hitler e Stalin um contra o outro para neutralizá-los e assim se livrar de ambos. Essa é outra maneira de pensar, mas ver algo de positivo no nazismo, tomado em si mesmo, não tem o menor sentido — nem no nazismo nem no comunismo.

Deveria existir um limite de idade para alguém aderir a uma porcaria dessas. Se aderiu até os 20 anos, perdoa-se. Se aderir a partir dos 21 anos, não se perdoa mais. Mesmo que não tenha política nenhuma que se possa seguir — em geral não tem, porque todas que se vê são uma porcaria —, é melhor você ficar sem aderir a nenhuma do que aderir a uma coisa falsa.

Do mesmo modo, na análise de mil e um assuntos da vida real, da vida cultural e histórica, esses filósofos cometem erros monstruosos. Por exemplo, eu expliquei e critiquei a teoria de Heidegger sobre a origem do totalitarismo — nas conferências que fiz na associação “A Hebraica de São Paulo” e no “Clube Israelita Brasileiro” do Rio de Janeiro — mostrando como e porquê essa teoria está completamente errada. Ela é inaceitável sob todos os aspectos. Esses erros na análise da realidade mostram que o adestramento lógico não significa nada quando ele é focado na própria lógica, e não no exercício dela. E esse exercício da lógica não tem nada a ver

com o conhecimento da lógica, enquanto ciência. Ele tem a ver com o desenvolvimento de uma habilidade ou de um instinto lógico.

Quando se chama alguém de calculador prodígio, não se trata de uma pessoa que estudou muita matemática, mas de alguém que decide resolver uma conta enorme e chega direto no resultado. Se essa pessoa for solicitada a explicar todos os passos lógicos seguidos para chegar a essa conclusão, ela não vai conseguir. Isso é porque ela fez muito rápido. Agora, fazê-la detalhar passo por passo levará à inibição da capacidade de fazer o cálculo. É isso que o pessoal da filosofia analítica faz: vai subdividindo, subdividindo, subdividindo e, no fim, torna-se um grande lógico; e, justamente por isso, a capacidade lógica para a análise da realidade se torna totalmente inibida — porque se quer pensar tudo em termos de premissas e provas, e isso realmente não é possível.

Só há a obrigação de se provar alguma coisa quando há alguma dúvida e quando essa dúvida é legítima, quando ela é razoável. Qualquer coisa pode ser contestada perguntando-se a definição de alguma palavra. Por exemplo, na afirmação “as galinhas botam ovos”, pode-se solicitar a definição das palavras “galinha”, “botam” e “ovos”. As definições podem então ser dadas usando outras palavras. Mas se pode pedir ainda que essas outras palavras sejam definidas. São dadas novas definições, e dessa forma a afirmação “as galinhas botam ovos” se transformará num tratado de 1.500 páginas que não provará nada e que não vai convencer ninguém. A necessidade da prova, na maior parte dos casos, não é legítima. E a rigor, se você pensar bem, não existe prova científica cabal de nenhuma coisa. O que existe é apenas uma prova razoável.

Então isso quer dizer que os limites do conhecimento público humano são os limites da dialética. E a dialética depende por sua vez da persuasão retórica, isto é, da convicção da maioria, de a maioria concordar que funciona assim. Se houver a necessidade de reverter sobre esse conhecimento e analisar ele para desmontá-lo, é porque houve algum erro, é porque essa crença está trazendo algum prejuízo. Nesse caso é que se deve examiná-la. Mas a própria compulsão de provar revela uma insegurança que às vezes é totalmente desnecessária.

Agora, daí sai um outro traço assinalado por mim que diz:

Nos EUA, o que me espanta é o caráter autofágico da bibliografia filosófica, onde cada um só lê as produções da corrente de pensamento a que se filia (...)

No mais das vezes, alguns lêem só as produções da escola analítica, outros lêem só as do marxismo, e assim por diante.

“(…), sem o menor interesse pelas outras e, é claro, sem a menor capacidade de entrar com elas num diálogo frutífero.”

Essa é aquela situação descrita pelo Wolfgang Stegmüller num texto — que eu já li aqui — em que ele mostra a fragmentação do universo filosófico, onde cada filósofo que segue uma corrente não pode nem entender o que o filósofo da outra corrente está fazendo — e não tem a menor vontade de entender. Porém, [1:00] se aconteceu isso, os “filósofos” saíram do terreno filosófico. Eles estão dando o nome de filosofia a atividades especificamente diferentes que rompem completamente com tudo o que se chamou de filosofia nos séculos anteriores (e que deveriam levar outros nomes para não criar mais confusão).

John Cage fez aquela música que se chama 4'33", onde ele senta no piano e fica parado ali quatro minutos e trinta e três segundos em silêncio total. Ela é evidentemente uma piada, porque ele está dizendo que a música não é só som, e sim uma articulação de som e silêncio. Mas isso não quer dizer que o silêncio desarticulado do som seja música. Do mesmo modo, em filosofia, existe uma articulação de pensamento lógico, intuição e outras coisas, o que não quer dizer que o pensamento lógico em si seja filosofia. Quando Michael Dummett diz que a filosofia é uma atividade para pessoas que gostam de argumentos abstratos, ele está confundindo a filosofia com a lógica. E lidar com argumentos abstratos só serve para você buscar provas. Mas, por mais que você se aperfeiçoe nisso, a prova mais perfeita é apenas uma prova de si mesma e não da realidade que lhe corresponde. Sempre vai haver um hiato entre as provas e os objetos.

As pessoas me perguntaram outro dia por que tem gente que ainda duvida e hesita em refutar os documentos do Barack Obama se está mais do que provado que os documentos dele são falsos. Eu respondi que é por causa desses hábitos de pensamento que se impregnaram na classe acadêmica americana até o fim. Então tudo fica eternamente inconclusivo porque toda e qualquer discussão se desmembra em infinidades de questões menores de ordem puramente lógica e nunca se pode chegar a uma conclusão. Ou seja, inibiu-se a capacidade intuitiva e inibiu-se a intuição lógica das pessoas. A partir daí, tudo se torna enormemente requintado, ao mesmo tempo difícil e ao mesmo tempo totalmente estéril. E é isso, evidentemente, que eu quero evitar aqui.

Outro dia houve uma discussão sobre a questão dos testemunhos e alguém colocou uma bibliografia da Universidade de Stanford sobre a validade dos testemunhos. Chamou-me a atenção que a bibliografia era imensa e só com autores americanos, tudo escrito em inglês — ou seja, a bibliografia era monoglótica. Além disso, precisa-se de poucos minutos para raciocinar e entender que qualquer teoria geral sobre a validade dos “testemunhos em geral” será inconclusiva. Isto é, ou ela será uma teoria puramente formal, que não dirá respeito a nenhum testemunho em particular; ou será totalmente inconclusiva, porque o testemunho pretende dizer algo que seja verdade — e não existe uma teoria geral das proposições verdadeiras, mas apenas das proposições formalmente corretas. Estuda-se a teoria, porém, com uma minúcia terrível para depois chegar a entender que aquilo era inconclusivo — o que poderia ter sido percebido por mera intuição.

Existe uma causa sociológica para isso. A expansão das universidades abriu o ensino superior a milhões de pessoas e cada uma dessas pessoas precisa de um emprego universitário. Por isso é preciso que a atividade das universidades se desmembre em infinitas especialidades para justificar a presença de cada um desses empregos. Assim as pessoas criam novas, e novas, e novas questões absolutamente inúteis e estéreis só para justificar esses empregos.

Agora, as pessoas imaginam que a atividade filosófica nos EUA é muito superior ao do Brasil. De fato é superior, porém ela é superior não graças a isso, e sim graças a alguns filósofos isolados que contrastam com a maioria [deles]. Do mundo anglo-saxônico, por exemplo, — não são americanos — eu cito Harry Redner. Eu o acho um grandíssimo filósofo, mas é um australiano, ele não tem nada a ver com essa tradição. Glenn Hughes eu acho um excelente filósofo, de primeira ordem. Mas são filósofos atípicos. Então não existe nenhum centro filosófico no mundo, mas inumeráveis centros que são constituídos de vários cérebros: tem um cérebro na Austrália, outro cérebro na Inglaterra, outro cérebro na Nova Zelândia e assim por diante. Ou seja, tem indivíduos. Eu não conheço nenhuma instituição que reúna os atípicos. Então, mesmo dentro do meio americano, tem de procurar os atípicos porque senão se cai nesse engodo universitário, onde a especulação de questiúnculas lógicas de importância zero serve

para você demonstrar a sua habilidade de fazer análise lógica. Mas a habilidade de fazer análise lógica é uma coisa e habilidade filosófica é outra completamente diferente.

A lógica do Frege é o melhor método apenas para você estudar a própria lógica do Frege. Eu não conheço um único resultado positivo fundamental para a civilização que tenha sido obtido por esse meio. Há, porém, o aspecto do desenvolvimento da capacidade formal, que pode adestrar as pessoas para atividades em que esse formalismo vem a ser útil. Não nego que isso possa, por exemplo, fazer engenheiros melhores, mas isso nada tem a ver com a filosofia.

Então está explicado porque eu uso esse método circular. Isso não é caótico de maneira alguma, isso é calculado e de fato funciona. Vocês mesmos vêem que funciona, quer dizer, vemos a inteligência das pessoas aparecendo. Foi feito para isso, não foi feito para lhes dar uma doutrina pronta e os persuadir dessa doutrina. É claro que, se eu estou ensinando uma filosofia, eu quero que acreditem na minha filosofia. Mas isso não é o ponto central. Se a questão fosse a da persuasão lógica apenas, o curso teria de ser dado de uma maneira completamente diferente. Mas o objetivo não é esse. Persuadir uma pessoa de uma doutrina lógica não é fazer dela um filósofo nem torná-la mais inteligente — que são os dois objetivos desse curso.

[1:10]

Aluno: Se só existe o conhecimento na intuição, através da intuição, o que é a razão?

Olavo: A razão é conhecimento da possibilidade, não das coisas. Quer dizer, é a articulação das possibilidades de acordo com o critério da necessidade. Necessidade vem de *nec cedo*, que quer dizer aquilo que não cede. É o estudo das conexões necessárias. Então a razão é evidentemente um órgão de conjecturação. Quando se começa a conjecturar, a conjectura pode tomar várias direções. Essas direções correspondem exatamente aos quatro discursos. Pode-se estar conjecturando uma mera possibilidade livremente, ou estar conjecturando uma verossimilhança, ou seja, algo que pareceria persuasivo para outras pessoas — todos, quando contam uma mentira, estão especulando na área do verossímil, todos sabem fazer isso. Pode-se ainda conjecturar uma probabilidade ou conjecturar uma necessidade. Então, isso é a razão: a razão é essa escala dos quatro discursos na qual, para além daquilo que é acessível, constrói-se mentalmente conexões que são presididas por essas quatro exigências: da possibilidade, verossimilhança, probabilidade ou necessidade.

Se não tivesse a razão, mas somente a intuição, poder-se-ia “andar” muito pouco [apoiado] na Verdade. Porém, a razão não funciona sem a intuição, porque na verdade todo o exercício da razão é apenas um tipo de intuição que o ser humano consegue ter, uma intuição das conexões entre os produtos da sua própria imaginação, do seu próprio pensamento. Ele pensa várias coisas, ele sabe articulá-las de acordo com vários nexos possíveis, que vão da escala do meramente possível até o absolutamente necessário. Como a metafísica clássica, por exemplo, é uma metafísica construída inteiramente pela razão — sem o apelo aos dados da experiência —, ela é a estrutura da possibilidade universal.

Quando aperfeiçoada ao seu máximo, essa capacidade humana pode tomar duas formas: pode tomar a forma da lógica pura e pode tomar a forma da metafísica. Mas, nos dois casos, você está lidando apenas com a possibilidade. A lógica inteira só lida com a articulação de possibilidades. Pode-se chamar de lógica, ou apenas de lógica analítica — o que o Aristóteles chama de analítica —; ou podemos chamar de lógica, como fazia Avicena ou Santo Tomás — como as quatro disciplinas: poética, retórica, dialética e lógica — tanto faz.

Mas essa pergunta — sobre a serventia ou função da razão — é crucial. A razão serve para situar os objetos intuídos dentro de uma gradação de possibilidade e necessidade, tal como é imaginada. Porém, essa mesma gradação tem de chegar a alguém através da intuição. Nessa gradação se tem, por exemplo, a intuição da semelhança, da analogia entre duas coisas — que lhe mostra uma mera possibilidade. Ou se pode ter a intuição de um elo de necessidade que se baseia na identidade. Quando alguém faz um silogismo, ele está mostrando que uma proposição está necessariamente incluída em outra e que não se consegue pensar uma dessas coisas sem estar obrigado a pensar a outra também. Isso é percebido intuitivamente. São produzidos um pensamento, as imagens, os conceitos, e se consegue perceber as articulações entre eles conforme eles estejam unidos por mera possibilidade (por exemplo, analogia) ou por outros nexos mais exigentes até a necessidade absoluta.

Aluno: O que você explicou agora me fez lembrar quando você dava aula de simbolismo e fazia uma analogia com o simbolismo do sol que junta com...

Olavo: Sim. Mas eu não vou entrar nisso agora. Essa era uma analogia astrológica que eu usava antigamente. Mas, para quem não conhece o simbolismo astrológico, isso vai ficar incompreensível. É uma boa maneira de resumir a coisa, mas para quem conhece o simbolismo.

Aluno: Eu entendo que conhecimento por presença é através da intuição. Mas nesses casos — na maioria [deles] —, todas as intuições que se tem desses entes científicos invisíveis são intuições de modelos matemáticos criados pelo ser humano. Até que ponto se pode ter intuição de entes como os prótons e elétrons?

Olavo: Não se pode ter nenhuma.

Aluno: Nem saber se existe o átomo?

Olavo: Não se pode ter isso. Mesmo o objeto que chega ao sujeito através de um aparelho qualquer, entre o objeto e a visão obtida no aparelho existem muitas mediações. Tudo isso é uma construção racional. Portanto, tem-se a intuição da consistência interna da construção lógica, isso é o máximo que se tem. Tanto que na física quântica se lida com um objeto que é conhecido quantitativamente, por assim dizer, mas que nem se sabe se ele existe ou não — e não dá para saber. Então se tem a intuição da conexão lógico-teórica montada pelo sujeito, mas sem ter nenhuma intuição do próprio objeto — e nem haveria como ter.

A grande desgraça do mundo moderno é a seguinte: qualquer sujeito que estuda algo — por exemplo, que acabou de tirar um diploma de antropólogo — já acha que está autorizado a destruir todo o edifício da percepção humana e substituir por conceitos que ele mesmo criou. Ele acha que as pessoas não deveriam enxergar as coisas como elas enxergam, mas como ele próprio está ensinando a enxergar. Quer dizer, é um total desrespeito pela percepção humana, que às vezes eles chamam de crenças do senso comum. Existem crenças do senso comum e elas podem estar erradas. Mas toda crença do senso comum em última análise remete à intuição e a intuição enquanto tal está absolutamente certa.

As pessoas confundem o que é o dado intuitivo com o que são conclusões sedimentadas pelo decurso do tempo e pela prática — como o exemplo que eu dei do Sol girar em torno da Terra. Ninguém vê o sol se movendo, pois para vê-lo se movendo precisaria ficar olhando para ele o dia inteiro e ainda assim o movimento seria tão lento que ninguém o conseguiria perceber. Mas o Sol é visto em várias posições no céu em cima de um plano onde se está — pois a Terra lhe

parece vivenciada como plana. E, a partir disso, se as pessoas conseguissem ver o salto lógico que existe entre essa intuição e a afirmação de que o Sol gira em torno da Terra, veriam que ele consiste em: primeiro, conceber esse plano como tendo a aparência de parte de uma esfera; segundo, inventar um movimento que não foi visto, mas foi concebido pela metade; terceiro, imaginar o que está se passando do outro lado do plano ou da esfera onde se está; e por último, criar toda essa construção mental para poder afirmar que o sol gira em torno da Terra. Diante disso, um antropólogo, um cientista, um sabereta, um iluminado podem contestar o senso comum, por dizer que o Sol gira em torno da Terra somente baseado na observação. Fariam isso convictos de que têm mais conhecimento e por isso teriam estudado e constatado que, na verdade, a Terra é que gira em torno do Sol. Para eles, sua descoberta seria tão profunda que chegaria a ser “contra-intuitiva”. Entretanto, ninguém jamais teve a intuição de que o sol gira em torno da Terra. Isso é uma construção mental e não poderia ser uma intuição de maneira alguma.

A intuição enquanto tal — de que se vê o Sol em várias posições, em cima do plano onde se está sentado ou [1:20] de pé — é absolutamente correta e todo mundo vê assim. E, se não visse assim, não se poderia raciocinar nem para concluir que o Sol gira em torno da Terra, nem que a Terra gira em torno do sol. Portanto, a base das duas teorias é uma intuição infalível. Mas nenhuma delas é intuitiva. As duas teorias são conjecturações e por isso requerem prova. E a prova das duas é enormemente complicada. Certeza intuitiva de que o Sol gira em torno da Terra ou de que a Terra gira em torno do Sol ninguém jamais teve, nem poderá ter. A não ser que alguém saia do sistema solar, observe de longe durante tempo suficiente sem dormir. Dessa forma se poderá ver que uma coisa gira em torno da outra e obter uma legítima intuição do movimento inteiro.

Aluno: Uma analogia poderia ser feita entre as conjecturas a respeito dos entes invisíveis, como próton e elétron, e essas conjecturas sobre o Sol girar em torno da Terra ou a Terra em torno do Sol, se realizadas olhando somente a sombra [da Terra na Lua]?

Olavo: Sem dúvida. Pode-se conjecturar a partir de indícios muito pequenos. Às vezes a conjectura pode estar certa, mas ela nunca será intuitiva. Uma conjectura é uma criação mental, uma construção mental. A diferença entre o que é dado e o que é construído, o que “está na nossa cara” e o que “fomos nós que inventamos”, essa diferença é crucial. Só que se vê filósofos treinados, PhD, professores que não sabem fazer essa distinção e por isso acreditam, por exemplo, que o geocentrismo é intuitivo e a verdade é contra-intuitiva. O sujeito que diz isso está provando que ele não conhece as bases elementares da filosofia, que ele não as domina. A distinção do “dado” e do “construído” é uma dessas bases.

Agora, quando você está muito acostumado com uma certa crença, ela lhe parece intuitiva; ou você pode achar que é intuitiva por sentir que está vendo assim. Mas se você analisar, perceberá que nunca viu assim, que você apenas montou isso mentalmente. Senão será como naquele episódio com o meu professor de geometria, que envolveu um problema sobre a noção de ponto. Ele disse que o ponto não mede nada, mas que se fossem somados vários pontos dariam uma reta. Então eu perguntei como que somando vários nada poderia dar alguma coisa. E ele me respondeu que aquilo era intuitivo. Esse episódio paralisou a minha inteligência. Eu larguei a aula do sujeito e falei que não assistiria mais à aula dele para que aquilo não me deixasse louco — que não era por desgostar da pessoa dele, nem por mera rebeldia.

Isso é uma coisa importante: tem coisas que o sujeito tem de se recusar a aprender, dizer que não quer aprender aquilo, porque está criando mais confusão do que ele consegue resolver — ninguém consegue conviver com a confusão. Se eu não tivesse curiosidade em geometria, se

não quisesse aprender geometria, eu não teria tido esse problema — o professor falaria e eu aceitaria provisoriamente só para passar de ano. Mas eu queria saber realmente. Então nesse caso cheguei à perplexidade intolerável. Em outros casos não, pode ser que os professores de outras matérias tivessem falado muita besteira e eu tenha passado por cima. Mas em geometria eu queria saber realmente. Diante disso, alguém poderia alegar que eu fiz isso porque não gostava de matemática. Mas eu a adorava até esse dia. A partir desse momento, eu falei que não queria mais continuar com aquelas aulas.

Aluno: A disputa entre nominalistas e realistas em certa medida não é a mesma disputa que se observa hoje? Pelo menos algum eco continua ressoando, no qual os nominalistas ganharam a briga? (...)

Olavo: Sim, eles ganharam por uma convenção universitária. Porém, pelo que eu estou dizendo aqui, vou até além da teoria dos realistas. Os realistas geralmente se baseiam na teoria aristotélica da abstração, a qual afirma que o sujeito vê o objeto sensível e a sua inteligência apreende a forma essencial. Tem a forma física, a forma visível, ou o esquema do fático, e dele se tira um esquema eidético. Eu vou um pouco além. Se alguém a extrai ou não, a forma inteligível está lá e ela se mostra fisicamente. Quer dizer, não são operações distintas: primeiro se percebe o objeto e depois é apreendida a forma intelectual dele. Quando S. Tomás explica isso, ele está dizendo a ordem lógica da operação e não a ordem temporal. Temporalmente as duas coisas se dão ao mesmo tempo. Quando um gato é visto, vê-se o gato com a sua forma inteligível da espécie gato e até mais alguma coisa, que é a diferença entre ele e outros membros possíveis da mesma espécie.

Não se trata nem mesmo de entrar na discussão entre nominalismo e realismo. O aluno segue:

Aluno: Vide o sucesso acadêmico de Derrida, com o desconstrucionismo.

Olavo: Isso já foi muito além do nominalismo, não é nominalismo mais. É o nominalismo somado à influência kantiana — então ele complica formidavelmente. Mas eu não vejo porque temos de aceitar tudo isso. A universidade [atual] é a maior produtora de confusão e ignorância que existe no mundo. A universidade não foi concebida para ser assim. Se você ler o livro do Kenneth Minogue, *O Conceito de Universidade* — um belíssimo livro —, ele mostra que as universidades surgiram como clube de aficionados. Quer dizer, pessoas que queriam saber alguma coisa, se cotizavam e chamavam para vir um professor célebre, para ensiná-los. Então o desejo de conhecimento para essas pessoas era como o de vocês aqui. Vocês estão fazendo esse curso, não porque querem emprego, ou uma verba estatal, ou porque querem ser gostosões. Mas porque vocês estão realmente querendo saber alguma coisa. Então a universidade era como isto aqui, ela surge com a mesma motivação e a mesma estrutura desse curso, com a diferença de que não se aprendia por meio da internet — era necessário chamar o professor para ir até o local em que os alunos estavam. Não era como o governo brasileiro que hoje manda os alunos [para as universidades estrangeiras]. Então era uma coisa muitíssimo séria e de verdadeira devoção.

Com o tempo, a universidade adquiriu funções secundárias, começou a servir para formar os funcionários públicos, para formar o alto clero, formar os governantes etc. Essa segunda função acabou se sobrepondo à primeira, naquele sentido da frase do Nietzsche — frase muito bem-vinda — que diz que, no caso de alguém se tornar um filósofo a fim de trabalhar para o Estado, ele já tem de desistir da busca da Verdade no mesmo instante, tem de fazer o que o Estado mandar. Na medida em que a universidade vai desempenhando funções cada vez mais importantes na constituição não só do Estado, mas também das empresas privadas, ela perde

completamente o sentido originário. Isso quer dizer que 99% da produção de qualquer universidade é pseudo-ciência, pseudo-conhecimento.

Aluno: Essa analogia de verdadeiro ou falso é importante para mim. Tentar entender a forma inteligível de fótons e elétrons como a do gato, que o senhor deu como exemplo, mas sem ver o gato, vendo apenas...

Olavo: Não, você não pode entender a forma inteligível de um fóton porque ele não é um objeto de intuição.

Aluno: É como tentar apreender um gato, vendo apenas a pegada dele.

Olavo: Se alguém está apenas vendo a pegada dele, está o conjecturando, não o está intuindo. A pegada de um gato pode ser muito parecida com a de muitos outros animais. Têm-se a intuição somente da pegada. Só o que está presente é a pegada, o resto é tudo conjecturação. Portanto nesse caso se entrou no racional. O racional não é o conhecimento da realidade, mas somente o conhecimento da possibilidade, do esquema de possibilidades. E como tal, esse esquema de possibilidades, quando alguém o concebeu, olhou para ele e o intuiu. Mas intuiu o esquema de possibilidades e não uma coisa, não um ente. A razão toda é uma construção humana, é uma construção que alguém fez. E essa construção, por sua vez, tem de ser intuída. Se não há a intuição nem dos próprios pensamentos, não pode haver intuição de nenhuma outra coisa.

Aluno: É possível que os filósofos da modernidade soubessem que distanciar o ser humano da experiência real iria possibilitar e abrir o caminho para o materialismo e o controle estatal?

Olavo: Essa separação foi feita pelo Kant e se viu aqui aulas atrás o projeto do Kant de um Estado mundial inteiramente administrado, [1:30] o Estado da Razão. E as distinções que ele fez servem para isso. Depois esse projeto foi tomando outras figuras que não foi o Kant que inventou. Mas o precedente foi ele que abriu.

Aluno: Alunos com 15 anos, do curso de Teologia Dogmática dos Colégios Fomento, em Portugal, aprendem que existe uma diferença entre a separação nominal das características das coisas e as próprias coisas em si na realidade. (...)

Olavo: Existe uma distinção, não uma separação.

Aluno: (...) Por exemplo, é um erro considerar tal como Richard Dawkins, em The God Delusion, que as características nominais de Deus — a onipotência, a onisciência etc. — estão separadas de Deus na realidade.

Olavo: Faz-se uma abstração, distingue-se uma coisa da outra, depois as pessoas acham que elas estão separadas. Mas essas coisas não poderiam ser abstraídas se elas não estivessem dadas no próprio objeto. Agora, no caso de Deus, isso é diferente, porque Deus enquanto tal não é objeto de intuição. Já a presença e a ação de Deus, elas sim são intuídas. Mas o próprio Deus não pode ser objeto de intuição de maneira alguma. Pode-se apreender certas características ou certas ações de Deus e por causa disso, nas discussões teológicas, surgem todas essas dificuldades. É justamente por isso que você conhece de Deus o que Ele quer que você conheça: aquilo que Ele lhe deu na revelação ou aquilo que Ele lhe deu através da ação dele. Ação essa que por sua vez é manifesta, é física e é perceptível. É por isso que, por exemplo, uma teologia racional vai até certo ponto e tem de parar. Porque se o próprio Deus não se revela, não tem como conhecê-lo. Você tem como conhecer o conceito de Deus, e o conceito de Deus todo mundo tem, todos os

filósofos têm, as religiões várias tiveram etc. Mas para conhecer Deus só tem dois jeitos: a presença dele — presença que não se vai intuir na sua totalidade, mas vai ser vista somente por aspectos — ou a própria ajuda que Ele dá a alguma pessoa, uma revelação. Presença, revelação e ação de Deus, isso é tudo o que pode ser conhecido. Querer ir além disso é de certo modo contraditório com a própria natureza do objeto. Se uma pessoa diz, por exemplo, que Deus é infinito, cabe observar que não se pode fazer uma intuição de um infinito presente.

Aluno: Não entendi bem a explicação sobre a visão como parte integrante do todo na intuição, e não apenas [a visão] como [intermediário da] captação [das coisas]. Os casos de morte próxima (...)

Olavo: Não é, na verdade, morte próxima, e sim casos próximos à morte ou similares à morte.

Aluno: (...), quando a pessoa consegue descrever o ambiente físico ao redor do corpo, e até mesmo descrever lugares e situações distantes das localizações dos seus corpos, na verdade não mostram que os sentidos são apenas um canal de ação para a intuição?

Olavo: Se houve uma intuição “visiva” — isto é, uma intuição de objetos visíveis —, é porque algum órgão de visão tem. Ele não precisa ser este órgão corporal. Agora, por exemplo, você está num estado similar à morte. Você está num outro lugar distante a quilômetros e vê coisas, vê pessoas e vê inclusive a si mesmo. A forma que você vê de si mesmo não é a forma de um coelho, ou a de uma bola de futebol, mas a sua própria forma, com essa mesma estrutura corporal, só que não preenchida de carne — preenchida de alguma outra matéria espiritual que mal se consegue conceber. Mas, nessa sua forma “imaterial”, o olho não era distinto do pé nem você era apenas um olho ou uma sensibilidade “visiva” sem corpo. Você tinha um corpo. Isso quer dizer que algo da forma corporal humana se preserva. E na verdade essa é a definição de Aristóteles: a alma é a forma do corpo. Se a forma permanece quando a matéria é extinta, nessa forma prevalecem as mesmas distinções que existem na forma corporal, tal como encarnada nessa matéria. Enquanto se está aqui neste mundo, com esta matéria, o olho é parte da pessoa, ele não é um instrumento separado, ele não é distinto da capacidade “visiva” dela. A capacidade “visiva” dela é o próprio olho e a articulação dele com o resto. No corpo imaterial prevalece a mesmíssima distinção: com essa matéria, ou sem ela, ou com uma matéria sutil, prevalece a mesma forma. E nessa forma, o olho é a parte da pessoa que capta as qualidades visíveis — as qualidades sensíveis correspondentes à visão. Portanto, com esse corpo ou sem esse corpo, prevalece a mesma coisa. Isso quer dizer que Deus concebeu o corpo humano como uma forma integral, não como um mero agregado de órgãos.

Aluno: O que pode indicar que a minha capacidade intuitiva está inibida? Você poderia comentar brevemente a respeito da teoria de Heidegger sobre o surgimento do totalitarismo?

Olavo: Não, seria muito cumprido fazer isso aqui. Mas isso está *online*. Você pode assistir à conferência que eu dei na “Hebraica”. Eu fiz essa conferência três ou quatro vezes. Eu fiz numa entidade judaica de Porto Alegre, fiz na “Hebraica”, fiz no “Clube Israelita” do Rio de Janeiro e acho que fiz num quarto lugar — que não estou conseguindo lembrar. Elas são mais ou menos esquematicamente a mesma conferência. Eu tenho certeza de que a da “Hebraica” foi gravada e está disponível no *YouTube*, chama-se “O totalitarismo islâmico herdeiro do comunismo e do nazismo”. Procura com esse título e você vai achar.

Aluno: Dividir o sujeito do objeto percebido fecha a porta para o transcendente e torna o reconhecimento das visões místicas impossível?

Olavo: Torna. Porque o que quer que seja percebido vai ser sempre atribuído ao sujeito. Não tem objeto mais. Quer dizer, o objeto se torna inacessível. É a tal da coisa-em-si que é inapreensível — como está na filosofia de Kant. Isso quer dizer que se o próprio Deus se mostrar diante de alguém, ele vai dizer que isso é apenas uma projeção das formas, das estruturas de percepção. Se até com objetos físicos se pode fazer isso, quanto mais se poderá fazer com um objeto mais sutil. Por exemplo, toda a ciência do discernimento dos espíritos — que é saber de onde vem as inspirações, as idéias — torna-se absolutamente impossível.

Aluno: Qual é a relação entre o círculo de latência e existência?

Olavo: Aquilo que não tem existência não tem círculo de latência, tem apenas possibilidades teóricas. Perceber o círculo de latência não é a mesma coisa que perceber todo o círculo de possibilidades. O círculo de latência tem um limite, uma fronteira um pouco indefinida. Não se está percebendo o círculo inteiro de possibilidades. O círculo inteiro só Deus percebe. [1:40] Em torno do ente percebido, existe um conjunto de possibilidades que você não percebe exatamente como possibilidade — no sentido teórico da coisa —, você percebe como forças atuantes. Por exemplo, você pega um doce e dá para outra pessoa. Você não poderia fazer isso se não tivesse uma idéia de que a pessoa sente o gosto mais ou menos como você. Isso não é fruto de apenas uma conjectura que você fez, mas sim do fato de você sentir o gosto doce quando pôs aquele objeto na boca.

Antes de se pedir garantias de que o outro sentirá o mesmo gosto, ou de se levantar a hipótese de que essa expectativa seja uma mera conjectura — ou mera possibilidade —, o sujeito pode fazer diferente. Ele pode tentar imaginar a possibilidade de que um ser, com uma estrutura corporal igual à dele, venha a perceber e sentir as coisas de maneira radicalmente diferente da dele. Essa possibilidade é tão rebuscada que a pergunta tinha de ser feita ao contrário. Se, ao invés de pedir a prova de que seu semelhante é seu semelhante, se tentasse provar que ele é, na verdade, diferente, constatar-se-ia a impossibilidade de se provar isso. Portanto, perceber a sua própria condição de ser humano implica que se perceba a dos outros. Já o sujeito pensar que só ele é humano e que os outros podem ser outra coisa é um estado patológico. Alguém percebe a própria humanidade pelo tipo de relação que consegue ter com os outros — uma coisa está intrinsecamente ligada à outra. Vê-se o amor humano, toda a comunicação humana. Não é concebível a condição humana sem a comunicação. Portanto, não é preciso a prova de que uma pessoa tem a mesma estrutura de percepção que a outra e de que essa outra vai perceber as coisas mais ou menos de maneira compatível com a da primeira — essa prova não é necessária.

Essa prova só é necessária se, hipoteticamente, as outras pessoas forem colocadas fora da condição humana e, a partir disso, um sujeito for raciocinar como se fosse o único ser humano. Vê-se que é uma coisa tremendamente artificiosa e injustificável logicamente. Mas a partir da hora que o indivíduo decidiu fazer essa operação, nada mais o segura. Ele começa a necessitar de provas de coisas que ele tem a obrigação de saber antes de decidir provar algo e que são, por sua vez, a base de toda prova possível. Você, por exemplo, está me vendo. Eu não tenho de provar para mim mesmo que você é um ser humano, porque o simples fato de eu estar falando com você já pressupõe isso. Nós temos de raciocinar a partir das condições que tornam a nossa experiência possível; não podemos inventar experiências hipotéticas para raciocinar a partir delas. Isso é a famosa confusão do dado e do construído. Tem muitas filosofias inteiras que partem simplesmente dessa confusão.

Eu já dei aqui o exemplo do David Hume, do homem que cai da escada. É separado o resultado efetivo de uma ação e se diz que foi o indivíduo que conectou o começo da ação com o fim da

ação, por meio de um conceito de causa enxertado por ele. Isso supõe que o indivíduo caia da escada, mas sem chegar ao chão, ainda esteja no meio do caminho, e no meio do caminho ele vá parar aquele processo, e dizer [que] não há conexão entre uma coisa e outra — ele é que está enxertando a noção de causa. Quer dizer, eu chego lá embaixo, esborracho minha cabeça no chão e digo [que] não foi a minha queda que provocou esse resultado, eu não sei o que aconteceu, eu sei que conectei as coisas racionalmente pela noção de causa. Isso é inteiramente absurdo porque está subdividindo um processo que não está subdividido. Está-se distinguindo capítulos de uma ação que em si mesma é contínua, dividiu-se o começo do fim — mas foi alguém que dividiu. Então não foram conectados o princípio e o fim da ação por um enxerto de uma noção de causa, mas foi subdividido mentalmente um processo unitário. Isso quer dizer que David Hume, que não é nenhuma besta quadrada, inverte o processo abstrativo: ele toma como concreto o que é abstrato e como abstrato o que é concreto. E daí surge uma série de problemas insolúveis. Kant, por sua vez, toma esses problemas insolúveis tremendamente a sério e se vê obrigado a responder ao David Hume sem contestá-lo. Cria-se um monte de problemas (que não existem) a partir de uma abstração errada feita no início do processo.

É por isso que eu considero que os filósofos modernos são muito inferiores a Platão e Aristóteles. Platão e Aristóteles não cometiam esse tipo de erro — eles sabiam o que estavam fazendo. A partir de um certo momento, quando os escolásticos aprimoram a arte da demonstração lógica, começam esses erros absurdos. Porque, quando você começa a aprimorar a arte da demonstração lógica, na mesma medida você paralisa a sua intuição lógica. Isso quer dizer que lógica é uma coisa para você estudar moderadamente. Se alguém entrar a fundo no estudo da lógica, nunca mais vai sair de lá. Vai ficar lá e é só isso que vai conseguir fazer — estudar lógica e mais nada. Lembre-se sempre do verso do Dante — que o diabo fala para ele: *“Forse tu non pensavich' iolöicofossi!”* (Talvez você não soubesse que eu era lógico!). Ou seja, a lógica tem um forte elemento de magia.

Eu acho que por hoje é só isso [que tinha pra dizer]. Espero que tudo tenha ficado claro — eu não sei se ficou. Se não ficou, na próxima aula tentaremos corrigir. Se alguém precisar de mais esclarecimento desse tipo, peça ou espere até que a gente volte a esse aspecto de novo — depois de percorrer mais um círculo. Cada vez que retornamos ao mesmo tema, depois de ter seguido um círculo, esse tema se torna mais enriquecido e mais concreto para vocês. São nessas conexões, nessas ligações que fazemos, que os objetos acabam adquirindo uma espécie de presença para nós. É assim como um desenhista faz: é conectando vários traços que ele cria essa impressão de tridimensionalidade.

Eu acho que é só isso. Não tem nenhum aviso. Para o próximo curso que eu vou dar, estamos preparando uma surpresa que vocês vão adorar. Mas eu não posso dizer por enquanto, porque é segredo. Vemo-nos na semana que vem, muito obrigado.

Transcrição: Jussara Reis de Abreu
Revisão: Wellington Camargo dos Santos